

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

O ano passado aprovámos o Plano de Médio Prazo e o Plano e o Orçamento para 2001.

Ainda em 2001 aprovámos o Plano e Orçamento para 2002.

Se é certo que vivemos um período conturbado na economia internacional, é também certo que tal não surgiu de repente e não foram apenas os acontecimentos do 11 de Setembro que precipitaram a economia mundial para um período de contracção.

Os que advogavam o fim dos ciclos económicos com o advento da nova economia, vêem agora a sua teorização posta em causa, tanto quanto à evolução cíclica da economia, como em relação à própria substância da apelidada nova economia.

Outros, que parecem querer provar que os Açores vivem num oásis intocável, sem qualquer interdependência com o ambiente externo, baseando as suas afirmações em estatísticas, muitas delas sem credibilidade ou, pelo menos, sem qualquer validação ou certificação, esses devem estar tão alheados da realidade como aqueles que recentemente levaram Portugal à crise orçamental que se conhece.

A primeira condição para curar uma doença ou impedir que ela se agrave é ter a consciência de que se está doente.

Depois é preciso lutar para parar a doença e promover a cura, mesmo que tal suscite no imediato algum sacrifício.

Os sintomas da doença estão à vista.

O Orçamento de 2001, aprovado em Abril do ano passado, sofreu uma cativação de 10% quatro meses depois.

Findo o ano de 2001, apurou-se que o Orçamento teve uma percentagem de não execução que ascendeu a mais de 14%, atingindo um valor recorde desde, pelo menos, 1991.

Também o Plano de 2001 teve um corte de quase 25% - O segundo maior corte da ultima década, representando uma quebra no investimento face ao previsto de cerca 14 milhões de contos.

Mas os problemas não vêm apenas de 2001.

Analisando os Orçamentos, os Planos e as suas respectivas execuções desde o inicio do consulado socialista, detecta-se 1999 como o ano da viragem.

De facto, até aí, constata-se que, tanto no valor do planeado como no executado, as prestações das finanças públicas regionais tinham indicadores mais saudáveis.

Até 1999, os valores, a preços correntes, dos Orçamentos e Planos foram subindo, mas em 99 para o Plano e em 2000 para o Orçamento, verifica-se a viragem. Viragem que é mais notória e grave na medida em que, para além de valores absolutos decrescentes quanto ao planeado, a curva descendente é ainda mais acentuada quanto ao executado.

Por exemplo, em relação aos investimentos do Plano, a sua execução atingiu, em 1999 - 49 milhões de contos, em 2000 - 45,8 milhões de contos e em 2001 - 40,9 milhões de contos, o que nos dá, mesmo a preços correntes, uma visão do preocupante trajecto do investimento público na Região.

Se, por outro lado, analisarmos a preços constantes de 1997, verificamos que a proposta de Plano para 2003 - 35,28 milhões de contos já é menor que o Plano de 1997 - 37,18 milhões de contos.

Outra evidência das dificuldades porque passam as finanças públicas regionais detecta-se pela expressão crescente da dívida administrativa a 31 de Dezembro de cada ano, passando de 12,3 milhões de contos em 99, para 16,6 milhões em 2000, tendo atingido, segundo as próprias informações do Governo, a quantia de 18 milhões de contos em 2001, mesmo depois de saneados os 12 milhões de contos da saúde.

Mas poderíamos ainda falar do progressivo aparecimento de engenharias financeiras, desde o factoring aos seus congéneres, até aos pedidos de dilação de facturações, alguns para mais de 2 anos depois das obras feitas. Ninguém conseguiu ainda saber – e seria bom conhecê-lo aqui – qual o montante do Orçamento de 2002 que foi utilizado para pagar dívidas de 2001 e qual a percentagem do orçamento de 2003 que se prevê vir a ser utilizada para sanear 2002.

Temos portanto identificados alguns sintomas da doença que afecta as finanças públicas regionais, mas falta conhecer a origem do mal que se agravou a partir de 1999.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Uma das razões principais desta doença das finanças regionais tem a ver com a tendência, quase genética, para a obesidade desta governação.

Pode confirmar-se essa tendência pela análise da evolução do peso das Despesas Correntes e do Plano de Investimentos.

Enquanto as despesas de investimento do Plano têm vindo a decrescer percentualmente em relação ao Orçamento, as Despesas Correntes têm um trajecto inverso, com uma continuada subida.

Desde 1997, o peso do Plano de Investimentos face ao Orçamento (excluindo as Contas de Ordem) foi, segundo as Contas da Região, em 1997, 31,8%, em 1998, 33,8%, em 1999, 38,6%, em 2000, 34,5%.

Segundo os dados orçamentais, em 2001 e 2002, foram, respectivamente, de 33,62% (2001), 32,94% (2002)

Agora, as despesas de Investimento do Plano proposto para 2003 representam apenas 28,37% do Orçamento.

Quanto às Despesas Correntes, estas registam um aumento continuado face ao Orçamento, aumento mais notório a partir de 2001.

Em 1997, as Despesas Correntes representaram 64,1% do Orçamento, em 1998, representaram 64,6%, em 1999, 58,9%, em 2000, 64,8%, em 2001, 58,22%, em 2002, 66,35%, atingindo um peso recorde de 70,96% na actual proposta de Orçamento.

De realçar ainda a agravante de, face aos históricos, o Plano de Investimentos ser sempre prejudicado nas execuções em favor de melhores execuções das Despesas Correntes, o que poderá afectar os valores referidos a partir de 2001 que se referem somente ao orçamentado.

Em suma, pela primeira vez, desde o início do consulado socialista, as despesas do Plano de Investimentos estão abaixo dos 30% do Orçamento e, também pela primeira vez, as Despesas Correntes passam a fasquia histórica dos 70%.

Dito de outro modo, do Orçamento de 2002 para a proposta de Orçamento de 2003 temos um crescimento real a preços correntes de 6 milhões de contos nas Despesas Correntes, enquanto que as despesas do Plano de Investimentos decrescem quase 7 milhões de contos.

Para um Orçamento que praticamente se mantêm, baixando apenas 0,8%, isto é, cerca de 1 milhão de contos, temos um Plano de Investimento que decresce 7 milhões e Despesas Correntes que crescem 6 milhões.

Certamente, à imagem do ano passado vai o Governo apelar aos números da globalidade do Investimento Público ou, como o seu Presidente gostava de apelidar em meados de 2002, de “Investimento de Temática Pública”.

Mas mesmo este mostra a evidência inquestionável da decrescente evolução da globalidade do investimento público na medida em que, a soma do Plano, com os investimentos dos Fundos e Organismos Autónomos, com investimentos das Empresas Públicas ou de capital público e com Fundos Comunitários e Nacionais Extra-Plano, são inferiores se comparados com os mesmos agregados dos anos anteriores.

Na verdade do Orçamento para 2002, para proposta para 2003, o global de investimento público decresce 1,52 milhões de contos, passando de 80,7 milhões para 79,18 milhões de contos, o que representa uma quebra de 3% a preços correntes.

Já em 2002, relativamente a 2001, tínhamos assistido a um decréscimo deste agregado no valor, a preços correntes, de 5,54 milhões de contos, o que representou uma descida de 7%, traduzindo uma quebra de 86,24 para 80,7 milhões de contos.

Se analisarmos, a preços constantes de 2000, o investimento global para 2002 é menor do que o de 2000 e o de 2003, também a preços constantes de 2000, representa um decréscimo de 8% face a aquele mesmo ano.

Embora se verifique uma ligeira contracção das dotações globais do Orçamento, pode todavia concluir-se que o problema das finanças públicas regionais tem mais a ver com as opções na aplicação dos fundos do que com a origem destes.

E quanto mais restrições encontramos no lado das receitas, mais rigoroso e exigente deve ser o trabalho na afectação das despesas.

Não tem sido, como se provou, este o caminho das políticas financeiras deste Governo, que, quanto menos facilidades tem nas receitas, mais gasta em Despesas Correntes.

A tendência para a obesidade é tal que este Governo já não consegue fazer dieta.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

No ano passado, por altura da aprovação do Plano de Médio Prazo, o Senhor Presidente do Governo disse que os 226 milhões de contos do P.M.P. correspondiam ao maior investimento publico de sempre feito nos Açores, garantindo o Senhor Presidente, ainda no ano passado, que este Plano era para cumprir.

Tal foi a euforia dos milhões que nenhum dos Deputados Socialistas se eximiu de repetir a ladainha dos maiores planos de sempre.

Acontece que, conforme já se descreveu, logo 4 meses depois da aprovação do P.M.P. e do Plano para 2001, este sofreu uma cativação de 10% e teve uma execução que ficou abaixo do proposto em quase 14 milhões de contos, atingindo um corte global de perto de 25%.

O Plano de Médio Prazo, aprovado em Abril de 2001, previu para 2002 uma verba de 56 milhões de contos, mas, passados 7 meses, o Governo, na proposta de Plano de 2002 apresentou à Assembleia um valor de 49,3 milhões de contos o que representou um corte de 12,1% face ao programado poucos meses antes.

Ainda não se conhecem os valores da execução desse Plano, mas pode estimar-se que, considerando uma perspectiva muito optimista, seja executado em 90% do proposto, o que em valor significaria um volume de investimento de 44,3 milhões de contos.

A ser assim, nesta perspectiva altamente optimista, nos anos de 2001 e de 2002, em função do proposto no P.M.P., ficariam globalmente por executar 25,3 milhões de contos (P.M.P. para 2001 = 54,5, para 2002 = 56 e Execução de 2001 = 40,9 e de 2002 = 44,3), o que representa, para os dois primeiros anos do P.M.P. 2001/2004, uma quebra de quase 23% face ao planeado no passado ano.

Projectando uma quebra percentualmente idêntica (23%) para a legislatura teríamos então uma execução de 174 milhões de contos do actual P.M.P., o que é sensivelmente o mesmo que o Governo agora prevê na sua proposta de reprogramação.

Pode concluir-se que este Plano a Médio Prazo, com ou sem novos Governos da Republica, com ou sem novas alterações de conjuntura, face

ao seu próprio histórico, teria uma trajectória sensivelmente idêntica à reprogramação que o Governo agora propõe.

Dito de outra maneira, o histórico da execução do actual P.M.P. prova que os problemas financeiros do Governo vêm de trás e não se agravaram com as condições difíceis que agora se vivem a nível nacional, fruto da pesada herança dos governos socialistas da Republica.

Até porque todos sabemos, e é publicamente reconhecido, que o Governo de Durão Barroso discriminou positivamente os Açores face às restrições nacionais e face à Madeira.

De resto entre a anteproposta de revisão do P.M.P., distribuída aos parceiros sociais ainda antes do conhecimento do Orçamento de Estado, e a proposta que agora analisamos, não assistimos a nenhum decréscimo nos valores globais, antes pelo contrário, verifica-se que da anteproposta para a actual proposta há um crescimento global de cerca de 1,8 milhões de contos.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Passemos agora à análise das receitas.

Preliminarmente, é importante clarificar o que consta do Orçamento de 2002, nomeadamente do seu artigo segundo.

O Orçamento Regional para 2002 que foi aprovado na A.L.R.A. no dia 16 de Novembro é anterior à aprovação do Orçamento de Estado (30 de Novembro), razão pela qual o seu articulado enferma de um erro na



medida em que, o artigo segundo do Orçamento Regional previa uma receita por via de Transferências do Orçamento de Estado que este não assumiu na sua aprovação.

De facto, a verba de 28.763.315 euros (5,7 milhões de contos) que o artigo 2º do Decreto Legislativo Regional 2/2002/A previu no âmbito do nº 4 do artigo 5º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (Lei 13/98), acabou, em sede da discussão do Orçamento de Estado, por não ser considerada nas transferências, optando-se pela solução política de alterar o artigo 47º da L.F.R.A., acabando neste caso o Estado por assumir 6,5 milhões de contos da dívida regional.

Assim, a necessária conformidade entre o que prevê o Orçamento de Estado de Transferências para as Regiões Autónomas e o que prevê o Orçamento Regional de Transferências do Orçamento de Estado obriga a considerar um acerto, visto que, em vez dos 230 milhões de euros de T.O.E. só devem ser considerados, à luz do Orçamento de Estado, 202 milhões de euros, qualquer coisa como 40,4 milhões de contos.

Feita esta necessária correcção, podemos então passar à análise dos grandes grupos da receita e à sua evolução.

Em relação às Receitas Efectivas, podemos observar pelos documentos do Governo que este prevê um reforço em 2003 tanto das Receitas Próprias, que passam de 80 para 92 milhões de contos de 2002 para 2003, como das Transferências do Orçamento de Estado que passam de 40,4 para 44 milhões de contos, enquanto que as Transferências da União Europeia decrescem de 15 para 12,3 milhões de contos.

Destas projecções podemos ter apenas por seguras as Transferências do Orçamento de Estado, que sobem 10% face a 2002 (incluindo as verbas

para a reconstrução) e cumprem a Lei de Finanças das Regiões Autónomas exactamente nos mesmos termos que aconteceu no passado, isto é, em função do anterior Orçamento de Estado, não considerando os Rectificativos, como sempre aconteceu, sem qualquer protesto anterior das autoridades regionais.

Estranha-se que, em relação às receitas fiscais, (86,6 milhões de contos) o Governo Regional estime o seu acréscimo face a 2002 no valor de 6 milhões de contos, o que representa uma subida de 8,2%, numa altura em que se reconhecem estrangimentos da economia nacional e internacional.

Em relação às Transferências da União Europeia registe-se que o Governo continua a prever a sua descida, passando de 2001 para 2002, respectivamente de 16 para 15 e no próximo Orçamento para 12,3 no próximo Orçamento.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

O PSD demonstrará ao longo deste debate as deficiências de previsão destes documentos e o que entende serem opções estratégicas erradas para o nosso futuro.

Como partido de alternativa, apontaremos caminhos diferentes.

A nossa grande preocupação prende-se com o futuro dos açorianos.

A inflação na Região ultrapassou os índices nacionais atingindo em Julho de 2002 o valor de 4% enquanto que na Madeira foi 3,6% e no País 3,4%.

Temos o mais baixo índice de poder de compra do País, apenas 60,6% da média nacional.

Temos um PIB per capita cujo último valor validado e certificado, o do ano de 1999, representa 69,4% da média nacional, revelando uma estagnação desde 1995 e empurrando-nos para as últimas posições da União Europeia.

Temos de estar conscientes de que algo não vai bem nos Açores.

Temos uma dos mais baixos índices de produtividade da Europa.

Temos a segunda mais baixa taxa de actividade do País, só atrás do Alentejo que tem, no entanto, uma pirâmide etária mais envelhecida do que nós.

O trajecto das finanças públicas regionais tem vindo a deteriorar-se desde 1999/2000, com piores execuções orçamentais e com Planos cada vez mais penalizados.

Ano após ano, cresce monstro da Despesa Corrente, que em 2003 comerá mais de 70% do Orçamento Regional.

Está na hora de perceber que há um outro caminho e que os açorianos tem no PSD a alternativa de Governo.

A negação das evidencias e o acumular de erros na gestão das finanças publicas nacionais levou Portugal a um pântano.

Todos estamos agora a pagar esses erros.

É tempo de aprendermos com eles e de ter esperança num novo modelo de exercer o poder, que tem também de revelar-se numa forma mais saudável de relacionamento com a sociedade civil e com todos os poderes institucionais.

Vai sendo tempo de inflectir uma tendência egoísta de exercer o poder.

A máquina administrativa da Região tem de estar ao serviço dos açorianos em vez de ser um fardo cada vez mais pesado para todos nós.

Na verdade este Governo socialista quanto mais se queixa da falta de dinheiro, mais se propõe a gastar com o seu funcionamento.

Com poupança e eficiência seria possível fazer mais em favor dos açorianos, cortando na gordura da máquina governativa e apostando no músculo do investimento propiciador da criação de riqueza e bem estar.

Disse.